Tivemos um ministro do STF destituindo o presidente de um poder. O mesmo órgão, depois, o recoloca, numa interpretação, sei lá qual o nome que podemos dar, mas de um poder de criação enorme de interpretação. E esse mesmo poder disse também inicialmente, por liminar, que o ex-presidente Lula não poderia ser ministro, porque ele foi, numa ação ilegal, grampeado por um juiz, que acha que é o maioral.

E aí, para ver o tamanho do problema, o outro ministro do STF, o grilo falante, pede o impeachment do outro ministro do STF. Vejam a confusão que está instalada, e por que o direito foi rasgado, porque o Direito foi, de fato, jogado de lado.

Aliás, é muito maior do que o Direito. O que estamos tratando é de algo maior que o Direito. O Direito abaixo disso, aliás, temos que dizer que está abaixo. Estamos dizendo de valor de Supremo, de relação entre poderes, de princípios constitucionais.

Deputado Campos, a bancada do PT não viabilizou qualquer aprovação. Vejam só, e aqui quero conversar com os defensores que, muitas vezes, no seu dia a dia, também têm interpretação equivocada sobre o poder político.

Imaginem se houvesse um projeto nesta Assembleia, onde o presidente, que deveria, nesse caso, enviar, como é o defensor-geral que manda, tentando regularizar alguma verba que nós usamos de forma equivocada. Do que seríamos chamados?

Quando eu era líder da bancada, em 2012, o Tribunal de Justiça mandou também para esta Casa um projeto regularizando a verba que eles usavam, para pagamento de servidor, de forma indevida, do fundo. Esse projeto é retroativo, para regularizar o passado. A mesma opinião que eu dei, na época, estou dando aqui. Estou mantendo a minha coerência. Porém, se fosse nosso, uma verba nossa, se, por acaso, alguém usasse a sua prestação de contas do mandato de uma forma errada, equivocada, seríamos chamados de quê? Então, nós temos disposição. Isso foi usado para o exercício da profissão, do trabalho, da prestação do serviço que os defensores fazem.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado Alencar Santana Braga, dentro da sua linha, quero fazer um questionamento. Por exemplo, se um prefeito erra, faz alguma coisa errada em uma interpretação da lei, o Tribunal de Contas pune, o Ministério Público processa, ele é condenado a indenizar e muitas outras penalidades.

O que nós estamos votando, aqui, é um projeto da Defensoria, dizendo o seguinte: "Olhe, nós erramos. Erramos na aplicação e tal e temos que corrigir para não sermos penalizados." É mais ou menos isso? Porque, se for exatamente essa a essência do projeto, aí é que eu acho que não temos que votar, mesmo. É a minha opinião. Acho que há que se sofrer as penalidades. O que nós estamos fazendo aqui é uma anistia?

Essa não é a interpretação nossa, a do PMDB. É para regularizar uma situação, para ficar clara daqui para frente. Agora, não me parece certo, também, neste momento, a Assembleia Legislativa anistiar um erro, porque, na verdade, eu não vi aqui anistia para prefeito, para vereador, para juiz, para ninguém. Agora, nós vamos anistiar os defensores? Seria mais ou menos isso o que nós estamos falando, deputado?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - O Art. 2º dessa lei diz o seguinte: "Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2016." Ou seja, é uma lei que tem efeito, também, sobre o passado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - De 2016? É 1º de junho de 2016, agora?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Agora, passou.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - E veio para cá que dia, deputado Alencar Santana Braga?

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - No dia 2 de agosto, regularizando um mês anterior ao tempo em que foi aprovado.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Acho que votar daqui para frente é uma coisa. Agora, regularizar ou anistiar situações é mais complicado. Essa é a minha opinião.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Sendo votada agora, ela retroage todos esses meses, não só o mês de agosto sobre junho.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - É complicado. É algo que talvez possamos fazer nas próximas semanas e discutir melhor isso.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Isso foi feito em 2012 para as contas do Tribunal de Justiça. Lembro-me até hoje. Era líder da bancada e falei para o presidente do Tribunal, no Colégio de Líderes. Havia uma emenda, ainda, que não tinha prazo. Salvo engano, era para retroagir cinco anos. Eu fiz ao presidente do Tribunal à época essa mesma ponderação que eu faço agora. Não me lembro de quem era.

Acabou se alterando. Se pegarem o processo legislativo, verão que se alterou o projeto e acabou-se com a retroatividade de cinco anos. Fiz essa ponderação: se fôssemos nós, políticos, o que seria?

Estou fazendo essa reflexão para que entendamos tudo o que está acontecendo no País e os ataques que, às vezes, sofremos, de forma indevida, mas, também, para falar do nosso respeito pelos outros Poderes. Aqui, é por uma função importante, que é a de fazer o serviço advocatício, de apoio jurisdicional àquela pessoa que, às vezes, não tem acesso, mas precisa garantir o seu direito perante o Poder Judiciário. Estou fazendo isso, ponderando e abrindo o debate, para deixar clara a posição da bancada do PT. Nós temos que fazer essa reflexão. Nós votaremos a favor porque, lá atrás, nós votamos, também, a favor, para o Tribunal de Justiça.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Deputado, eu era o presidente da Assembleia naquele momento. Outro dia, o Dr. Nalini disse, aqui, em uma reunião do Colégio de Líderes, que o Poder Judiciário de São Paulo estava vivo, ainda, graças ao Barros Munhoz e a não sei mais quem. É lógico que foi um exagero dele. Nem eu merecia um elogio desse tipo, mas, sinceramente, eu queria fazer uma ponderação.

Nós usamos contra situações que achamos corretas os argumentos que lamentamos que usem contra nós quando são assim usados. Então, não é porque eles cometeram erros e estão querendo cometê-los que nós vamos querer que eles sejam tratados como os prefeitos - que são tratados com chibata. Hoje, ser prefeito no Brasil, principalmente em São Paulo, é ser mais louco do que ser político honesto. Ser empresário, no Brasil de hoje, também.

Então, queremos o quê? O mesmo tratamento? Meu Deus do Céu, cometeram um erro. Será que temos que agir do mesmo jeito daqueles que nós condenamos? Usar os mesmos métodos que condenamos? Qual é o problema de fazer isso? Se eles estão se expondo, querendo regularizar uma situação, não vejo má-fé no que foi feito. Não vejo má-fé e acho, sinceramente, que, tanto nesse caso quanto no outro, quanto mais discutimos, mais a inutilidade da discussão se avulta.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA - PT - Deputado Barros, a bancada do PT, pelo contrário, está fazendo a reflexão, pedindo que a base do Governo não peça a verificação de votação neste projeto e nós o aprovemos.

Estou fazendo a reflexão para que possamos entender como os poderes são tratados de formas diferentes. Queremos votar. Deputado Campos, houve verificação no projeto anterior. A base do Governo tem maioria; se tivesse 48 deputados aqui, seria aprovado, e com certeza com voto favorável da nossa bancada, mas vocês não tinham. Se foi prejudicado o anterior, que pode ser aprovado na próxima sessão, não temos que prejudicar esse.

Deputado Barros Munhoz, quero usar o seu raciocínio: que nós não tratemos da mesma maneira uma situação que pode ser semelhante. Se houve, de alguma maneira, algo que foi feito que prejudicou a votação do projeto anterior, que não cometamos o mesmo erro e deixemos de votar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Pedro Tobias.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, me inscrevi para discutir contra o projeto, só para poder falar em seguida.

Olha, deputado Campos Machado, fui citado aqui, falaram do PSDB. Para o deputado que falou agora: vocês, do PT, nunca querem fazer o debate. O Nalini, secretário da Educação e ex-chefe do Poder Judiciário, veio a esta Casa e foi tratado com baixarias. Ele foi xingado por pessoas ligadas a vocês. Esses alunos que vieram aqui não querem estudar e os professores não querem ensinar. Lamentável maneira como foi tratado o secretário Nalini neste plenário...

Deputado João Paulo, V. Exa. é meu amigo. Com o próximo presidente, vamos fazer uma comissão suprapartidária sobre Educação. Com a Educação, ninguém está satisfeito. Os alunos não estão satisfeitos, os pais de alunos não estão satisfeitos, os professores não estão satisfeitos. O Governo não está satisfeito, apesar de gastarmos bastante dinheiro.

O papel do Poder Legislativo é levar propostas para o Executivo. O Executivo corre atrás do prejuízo, hoje. Nós, do Legislativo, precisamos discutir isso, especialmente a Educação. Não há país que vá para frente com uma Educação como a nossa. Na escola pública, metade é semianalfabeta. E nós fingimos que está bom. A Educação é péssima. Vamos discutir sem essa mágoa partidária, sem essa disputa política.

Disputa política é na eleição. O PSDB está no governo há cinco mandatos e, na última eleição, o Geraldo Alckmin ganhou no primeiro turno. Não adianta. Prefeito de vocês, do PT, sobrou só em Araraquara, no interior. Parabéns ao nosso amigo Edinho Silva. Por isso, acho que, na questão política, vamos à eleição. Daqui a dois anos tem eleição.

O que aconteceu no Brasil, o que está matando São Paulo e o Brasil todo é a política que vocês fizeram em Brasília, uma política de irresponsabilidade. Não vou falar corrupção, mas irresponsabilidade. A maior empresa do País, Petrobrás, quebrou. Fala para mim o que sobrou hoje no Brasil? Desemprego.

Hoje, o estado de São Paulo perde de arrecadação, um bilhão por mês. Isso é culpa de quê? Vocês receberam do governo Fernando Henrique um país que estava em crescimento. Isso mesmo. Foi isso que aconteceu.

Vocês precisam aceitar seu erro, ver tudo o que está acontecendo. Vocês não estão enxergando. O povo votou em vocês, deu recado para vocês. Vocês precisam falar: "Nós falhamos, sim". A Assembleia precisa discutir muito esse assunto e levar a proposta para o governo.

Mas, é essa maneira de fazer debate? Veio o secretário da Educação aqui, e foi uma cena lamentável. Um senhor como o Nalini veio com toda a boa vontade. Ele foi xingado, foi tratado com a maior baixaria. É isso que queremos?

O mínimo que se precisa ter é Educação. É o mínimo. Infelizmente, até isso não temos.

Para mim, o mais importante é a Educação. Se não melhoramos a Educação, o Brasil não vai a lugar algum. Sou contra qualquer projeto que aumente imposto.

Qualquer categoria quer mais dinheiro. E a dona Maria, coitadinha, essa que precisa de ajuda, coitadinha, não tem sindicato, não tem entidade que vem e nos pressione aqui, nem defensor, nem OAB, nem ninguém. É a dona Maria que precisamos defender. Do jeito que as coisas estão indo, não sei onde vamos chegar. Vejo, hoje, mais gente que dorme empregada e acorda desempregada.

O presidente Michel Temer, no começo, quando ainda era substituto, aumentou os salários do Judiciário e quer tirar de pobre, quer cortar. Somos a favor de cortar de todos. Vejo que hoje é preciso segurar emprego, não brigar para aumentar para quem tem emprego. Todo mundo quer aumentar para um residente, hoje meu jovem colega. Imagina a gente dar para residente, mas não dar para médico que trabalha faz dois anos.

Não é porque o governo não quer dar. Não tem condição de dar. Precisamos falar a verdade: não vai dar porque o País está quebrado. E não fomos nós que quebramos. Foi o governo federal que quebrou este País durante 12 anos. Quebrou. E, se sairmos desta crise, vai demorar, no mínimo, de 10 a 12 anos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Vossa Excelência sempre usa a figura das donas Marias deste País. As pessoas mais humildes, mais desprotegidas, mais carentes, aquelas pessoas que precisam do olhar dos políticos: nós.

Estamos tratando dos direitos que as pessoas humildes precisam ter do sagrado direito de defesa. Eu não entendi e quero reiterar aqui, o motivo da verificação de votação da bancada do PT. Se fosse um projeto para aumentar salários? Mas não é. É para dar guarida, dar um guarda-chuva de justiça às pessoas que não têm como se defender de acusações.

O seu exemplo das Donas Marias eu dei há um mês, pouco depois das eleições em Recife, no encontro do PTB. Lembrei-me de V. Exa. que as Donas Marias representam a classe mais sofrida deste País e que nesta noite está sendo colocada de lado.

O SR. PEDRO TOBIAS - PSDB - Deputado Campos Machado, todos nós sabemos que esse projeto é de abuso de autoridade. Amanhã, quem vai julgar se é abuso de autoridade ou não é o juiz; certamente não serei eu nem Vossa Excelência. Se o próprio promotor não acredita na justiça, eu que vou acreditar? Não sou eu quem vai avaliar se é abuso de autoridade ou não. Quem vai avaliar se foi abuso de autoridade contra alguém vai ser o próprio Poder Judiciário. Se eles não acreditam no Judiciário, eu como cidadão comum como fico? Estou perdido! Se eles não confiam na justiça deles próprios então todo abuso tem que ter alguém responsável para julgar se houve ou não abuso de autoridade. Não é porque é juiz, promotor, médico, etc.

Na minha profissão, no meu ato, se tem muitas vezes complicação, sobra processo. Mas hoje, nós que pertencemos à classe política, somos tão acuados que precisamos falar.

Aqui em São Paulo um promotor entrou com um processo contra o Dória e contra o governador. Esse promotor quer cassar a diplomação de Dória e punir o governador Geraldo Alckmin. Olha só a clareza dele ao falar na "Folha de S. Paulo": "Eu vou perder na primeira instância, vou perder na segunda instância, mas na terceira instância estaremos na época da candidatura de Geraldo Alckmin a presidente da República". A função de um promotor não é essa. Estamos preparando um caso para entrar contra esses promotores no Conselho Nacional do Ministério Público. Meus amigos da Defensoria Pública eu não acredito que andem dez quilômetros e ganhem mil reais. Temos aqui o deputado Campos Machado que é especialista. Nesta fase que o País está passando, meus amigos, não podemos exigir nada em termos de aumento de salário. Hoje a pessoa que segura o seu emprego deve dar graças a Deus, porque há mais de 15 milhões de desempregados. Quinze milhões de pessoas não têm para onde ir. Mas no Brasil, toda a elite, elite política, elite de funcionários, enfim, o serviço público, ficou mal acostumado, porque o governo federal anterior liberou tudo para o funcionário público. Todos têm direito. Mas isso acabou, porque não tem mais dinheiro para isso, não tem de onde trazer dinheiro. Se essa reforma da Previdência não for feita, se daqui a dez anos eu ainda estiver vivo, o governo não terá dinheiro para pagar a minha aposentadoria. Eu me aposentei como médico. Trabalhei por 35 anos, estou com 65 anos de idade, sou oncologista e recebo R$ 3.500,00 de aposentadoria. O que é mais importante, ser médico ou ser de outra profissão? O lobby dessas outras profissões foi mais pesado? Por isso, minha gente, vamos raciocinar, vamos olhar com cuidado e ver que o País está passando por dificuldades e o povo está pagando uma conta cara. Não somos nós. Nós somos elite, aqui tem salário razoável, tem estrutura à nossa disposição.

Deputado Campos Machado, já essa Dona Maria não tem sindicato, não tem família. Eu cuido de oncologia. Chego para operar e a partir do dia 20, não há mais dinheiro. Se forçar, consegue-se operar, mas quebra o hospital. Aí vão falar: "ah, mas é o governo estadual". Nenhuma AME de São Paulo foi credenciada pelo SUS no governo do PT e agora no governo do PMDB. Eles acham que São Paulo tem dinheiro e que não precisa. Cinco hospitais do câncer foram abertos e não foram credenciados.

Até dez anos atrás, o governo federal bancava 60% e os municipais e estaduais 40 por cento. Hoje inverteu, o governo federal está lavando as mãos, cada dia um pouco, para cair fora da Saúde.

Nós precisamos pensar na dona Maria. Qualquer aumento de salário, negócio do cartório, eu acho que foi erro tirar esse dinheiro de funcionário, aposentado e cartório e passar para promotor. Agora, tem um projeto que aumenta taxa de cartório em dois por cento. Toda a população vai pagar isso. Eu voto contra, eu vou falar contra, porque o povo não aguenta mais imposto. Não está voltando nada para o povo, está indo para pessoas mais elitizadas, mais bem de vida. Acabou o dinheiro, não tem mais, nem para eles tem mais.

Peço desculpas, agradeço V. Exas., pode ser que tenha sido desabafo essa declaração minha na imprensa, mas eu acredito que precisamos mudar. Se não mudarmos, o povo irá nos trocar. Precisamos ver as manifestações das ruas, de 2013 para cá. Vimos nas últimas eleições o povo reagindo. Não podemos fazer política à moda antiga, precisamos de política moderna, pensar no coletivo. Quem mais necessita ser representada é a dona Maria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra a nobre deputada Beth Sahão para discutir a favor.

A SRA. BETH SAHÃO - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, telespectadores, público das galerias, defensores públicos e funcionários da Defensoria que estão acompanhando esta sessão, quero começar falando da Defensoria.

O deputado Caruso estava aqui na legislatura de março de 2003 a março de 2007, o deputado Zico, o deputado Caramez, o deputado Curiati e o deputado Campos Machado também estavam aqui. Enfim, alguns deputados que aqui estão, naquela época faziam parte daquela legislatura, inclusive esta deputada.

Nenhuma bancada foi mais intensa na luta pela implantação da Defensoria Pública do que a bancada do PT. Nós ficamos dois anos batalhando, este estado foi o último a implantar a Defensoria Pública. A bancada do PT religiosamente, nesta Casa, defendeu a Defensoria Pública, como continua defendendo até hoje o seu bom funcionamento, porque ela é importante para o pleno exercício da cidadania, tanto os defensores públicos quanto os funcionários.

A despeito das questões políticas da OAB, já apontadas pelo deputado Rillo, que nos últimos tempos tem divergido e ido para um caminho bastante conservador, ainda assim nós sabemos que a assistência judiciária é importante. Até porque não são em todos os municípios que nós temos defensores. Nesses municípios, a assistência judiciária alcança e atinge as famílias mais pobres, as famílias de baixa renda, também com profissionais recém-formados, dando-lhes uma oportunidade profissional. Todo mundo sabe disso.

Uma coisa não exclui a outra, elas não são excludentes. O projeto que nós votamos não está excluindo um ou outro. É claro que era preciso encontrar um dinheiro novo para poder destinar à OAB, para poder destinar à assistência judiciária, e não retirar de uma área para colocar em outra, como está se fazendo o projeto.

No entanto, agora, por determinação do Ministério Público de Contas, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, foi solicitado para que fossem regularizadas essas atividades que o PLC nº 25 coloca, que são realizadas em dias não úteis, porque isso já está sendo pago, já vinha sendo pago. As diárias, os plantões, aquilo que está sendo realizado, a promoção de atividades da cidadania em dias não úteis.

É isso que nós estamos votando aqui. Essa é a grande questão. Então, a nossa bancada vai defender, vai sempre votar favoravelmente, mas desde que haja uma compreensão e que toda a nossa bancada possa estar consoante com a aprovação desse projeto. Nós sempre tivemos essa preocupação aqui.

É por isso que pedimos a verificação. Agora, sabemos da importância, tanto do PLC nº 40 quanto do PLC nº 25. Vamos trabalhar, tentando estender essa discussão no interior da nossa bancada, para verificarmos quais atitudes vamos tomar na próxima terça-feira, provavelmente, caso esses projetos sejam reapresentados.

O SR. JORGE CARUSO - PMDB - COM ASSENTIMENTO DO ORADOR - Acho que todos nós queremos o melhor para o Estado, a melhor defesa para a população, seja por parte da Defensoria Pública, seja por parte dos advogados, e melhor qualidade para os funcionários da Defensoria.

Acredito que esta discussão é importante. Quem sabe na próxima semana possamos avançar e fazer um esforço coletivo para votar o PLC nº 25, o PLC nº 40 e também o salário dos funcionários. Ganha toda a população. Acho que esse é o grande objetivo. Também acho que deve ser um grande pacote. É nisso que talvez nós divirjamos um pouco.

Acho que toda a população ganha com a votação desses projetos de forma casada. Pedimos a compreensão da bancada do PT em relação ao projeto da OAB. Com certeza, nós do PMDB vamos refletir, principalmente em relação a essa questão da retroatividade do projeto da Defensoria. Faremos um esforço para nos aprofundarmos nessa questão.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - Sr. Presidente, solicito regimentalmente uma verificação de presença.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Convido os nobres deputados Fernando Cury e Coronel Camilo para auxiliarem a Presidência na verificação de presença ora requerida.

* * *

- É iniciada a chamada.

* * *

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, a Presidência constata número regimental de Srs. Deputados e Sras. Deputadas em plenário, pelo que dá por interrompido o processo de verificação de presença e agradece a colaboração dos nobres deputados Fernando Cury e Coronel Camilo.

Continua com a palavra a nobre deputada Beth Sahão.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão.

Está levantada a sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 21 horas e 54 minutos.

* * *

## 8 DE DEZEMBRO DE 2016
## 182ª SESSÃO ORDINÁRIA

**Presidentes: JOOJI HATO e LUIZ CARLOS GONDIM**
**Secretário: CORONEL TELHADA**

## RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - JOOJI HATO
Assume a Presidência e abre a sessão. Anuncia a presença dos vereadores jovens da Câmara Municipal de Holambra, acompanhados pelos vereadores Aparecido Lopes da Silva Lima, Eduardo da Silva e Mauro Sérgio de Oliveira, aos quais saúda.
2 - CORONEL CAMILO
Mostra trecho de reportagem da comentarista Miriam Leitão, a respeito da não inclusão dos militares na reforma da previdência. Esclarece que o trabalho dos policiais tem especificidades que devem ser levadas em consideração para o estabelecimento de direitos. Comenta as dificuldades enfrentadas pelos policiais no exercício de sua profissão. Esclarece que há direitos trabalhistas que não são garantidos aos trabalhadores da Segurança Pública.
3 - CARLOS GIANNAZI
Discorre sobre a crise econômica enfrentada pelo Brasil. Critica a política federal de reajuste fiscal. Desaprova a atuação do Supremo Tribunal Federal no julgamento do pedido de afastamento de Renan Calheiros da presidência do Senado Federal. Aponta que, a seu ver, a articulação entre os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário para a aprovação da PEC nº 55/16 gerou acordo político em favor do senador. Apoia o discurso do deputado Coronel Camilo acerca da necessidade de preservação de direitos específicos de algumas categorias profissionais.
4 - CORONEL TELHADA
Narra tentativa de roubo de veículo que resultou na morte de um professor e de mais uma pessoa, em São Caetano. Esclarece que o motorista do carro envolvido no crime é menor de idade. Faz críticas ao tratamento dado aos adolescentes infratores no Brasil. Mostra fotos do professor falecido. Oferece condolências aos familiares e amigos das vítimas. Desaprova os comentários de Miriam Leitão mostrados pelo deputado Coronel Camilo. Lista direitos trabalhistas que não são garantidos aos policiais. Acentua que a Previdência Social dispõe de verba suficiente para enfrentamento da crise econômica, porém, a seu ver, ela está sendo mal utilizada. Afirma seu apoio aos trabalhadores, quando as propostas de reforma forem discutidas em âmbito estadual. Cumprimenta o vereador eleito de Silveiras, Matheus Mota, em visita a esta Casa.
5 - LUIZ CARLOS GONDIM
Defende a destinação de 50 por cento das verbas de emendas parlamentares para a Saúde. Lamenta as condições ruins das ambulâncias em todo o Estado, que atribui ao descaso de prefeitos com a sua manutenção. Reprova a prática de hospitais locais de enviar pacientes para os centros de referência estaduais, que ficam sobrecarregados. Tece críticas ao atendimento oferecido pelo laboratório vinculado ao Iamspe no município de Jales, insuficiente para atendimento da população. Sugere a instalação de posto de atendimento no km 69,5 da Rodovia Mogi-Bertioga. Faz defesa das práticas de medicina preventiva.
6 - LUIZ CARLOS GONDIM
Assume a Presidência.
7 - ED THOMAS
Faz apelo ao governador Geraldo Alckmin e ao secretário de Emprego e Relações de Trabalho de São Paulo, pelo não fechamento do Posto de Atendimento ao Trabalhador - PAT, de Adamantina. Destaca que este órgão é uma ferramenta para a recolocação profissional. Pontua que a proposta de descredenciamento baseia-se no baixo índice de atendimento na busca de novas oportunidades de trabalho aos beneficiários do seguro desemprego. Defende o investimento em mão de obra para o PAT.
8 - JOOJI HATO
Comenta o aumento do fluxo das rodovias que levam ao litoral paulista na época de férias. Sugere que as dificuldades enfrentadas no tráfego poderiam ser amenizadas com a liberação do uso dos acostamentos por veículos mais lentos, nestes períodos, possibilitando a ultrapassagem dos demais carros. Assinala que os acidentes de trânsito causam sobrecarga às instituições de Saúde Pública.
9 - PRESIDENTE LUIZ CARLOS GONDIM
Argumenta a favor da adoção de operações de subida e descida nas rodovias litorâneas. Acrescenta que a preservação da segurança da população deve ser prioridade do Poder Público.
10 - CARLOS GIANNAZI
Faz críticas à desconsideração dos diretos específicos das mulheres, ao fim da aposentadoria especial do Magistério, e às alterações na idade mínima para aposentadoria, na reforma da Previdência Social. Critica a atitude do senador Renan Calheiros ao desobedecer uma decisão judicial. Atribui a articulação dos poderes para a manutenção do senador no cargo à apreensão de que o vice-presidente Jorge Viana, do PT, ao assumir a cadeira, não colocasse em votação a PEC nº 55/16. Critica a rapidez do deputado Alceu Moreira, relator do projeto de reforma da Previdência, na concessão de parecer favorável à proposição. Pontua que as propostas aprofundarão, a seu ver, a crise econômica e social do Brasil. Reprova o uso de propaganda televisiva para angariar o apoio popular ao projeto. Faz considerações sobre a mobilização dos trabalhadores de diversos setores contra as medidas legislativas defendidas pelo governo federal. Defende a taxação das grandes riquezas e lucros e a revisão do pagamento da dívida pública do País.

GRANDE EXPEDIENTE

11 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, discorre sobre as mobilizações de diversos setores profissionais pela revogação de decreto do governador Geraldo Alckmin que impede a convocação de trabalhadores aprovados em concursos públicos. Afirma que o déficit no quadro de mão de obra da Defensoria Pública de São Paulo prejudica o acesso da população pobre ao sistema de justiça. Faz apelo aos deputados desta Casa pela aprovação do PDL 11/15, de sua autoria, antes do início do recesso parlamentar.